

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Popular

Class.: 15φ

Data: 15.11.89

Pg.: _____

Demarcação de área, caso de vida ou morte

Minaçu - A demarcação da reserva dos índios Avá-Canoeiro, no município de Minaçu, é urgente e inadiável, pois representa uma das poucas alternativas de garantir a sobrevivência de uma comunidade indígena em extinção, hoje restrita a 14 membros. Esta é a posição do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPHA) da Universidade Católica de Goiás que, diante dos problemas crescentes que ameaçam a tribo, decidiu cobrar providências dos Governos Estadual e Federal, já prometidas mas ainda não levadas a efeito. A Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Sduma), por exemplo, há quatro meses elaborou e encaminhou um documento ao governador Henrique Santillo para gestões junto aos órgãos federais, propondo a demarcação da reserva. O projeto, entretanto, está engavetado até hoje.

A preocupação do IGPHA ganhou maiores proporções depois da série de dificuldades que passou a ameaçar a tribo nos últimos meses. A família de sete índios remanejada da Ilha do Bananal para Minaçu voltou à aldeia de origem em agosto último, por simples falta de comida; o jovem índio Putchkal está vivendo em Minaçu como trabalhador braçal; e as obras da Hidrelétrica Serra da Mesa inundarão 3 mil 163 dos 38 mil hectares da reserva Avá. Desfeito o grupo de 14 índios, com o retorno da metade à aldeia de Canoanã, resta agora no posto da Funai em Minaçu, às margens do Rio Maranhão, apenas a família de lawi - composta por suas três mulheres e dois filhos - contactada em 1983. "Eles precisam de segurança", afirma a antropóloga Dulce Madalena Rios Pedroso, pesquisadora do IGPHA. O projeto de demarcação elaborado pelo Instituto, Funai, Secretaria de Justiça e Sduma, por sugestão da Secretaria de Meio Ambiente, deveria agilizar as providências junto ao Ministério do Interior, mas ainda não surtiu qualquer resultado.

FURNAS

A proposta do Instituto Goiano de Pré-História é que a empresa Furnas assuma a responsabilidade social que deve aos Avá-Canoeiro, em consequência da construção da Hidrelétrica, cujo canteiro de obras está localizado a 10 quilômetros do posto indígena. A usina, tão logo entre em funcionamento, afetará a reserva, conforme o mapa elaborado pela própria empresa, evidenciando a área a ser alagada. Por isso, o IGPHA defende que Furnas cumpra seu dever de reduzir o impacto causado pela obra, arcando com os custos da

marcação, além de prestar assistência ao grupo contactado e colaborar nas despesas para a descoberta de índios arredios, que possivelmente circulam pela região.

No final do mês passado, uma reunião convocada pela Coordenação de Grupos Isolados da Funai, em Brasília, discutiu o problema e propôs que a presidência da Funai enviasse carta à presidência da Eletrobrás, de quem Furnas é subsidiária, sugerindo a retomada das negociações em benefício dos Avá-Canoeiro. A idéia era de que Furnas arcasse, por exemplo, com os custos de indenização dos posseiros e de estudos topográficos, apressando a regularização da terra, atualmente apenas interditada. Um convênio já foi firmado entre Furnas e Funai, em 1986, mas ele só tem funcionado até agora para ajudas assistenciais pouco relevantes.

PROBLEMAS

A reunião realizada em Brasília, entre representantes da Funai do Distrito Federal, de Goiás e do IGPHA, abordou também a situação preocupante em que se encontram os Avá-Canoeiro. A falta de comida levou a família de Tutau a retornar à Ilha do Bananal e continuar vivendo na aldeia de Canoanã, onde os Avá são vítimas da discriminação dos Javaé. O grupo havia sido levado a Minaçu para morar junto com a família de lawi, mais recentemente contactada, na esperança dos índios retomarem o convívio social e seus laços culturais. Mas Tutau, sua irmã, a filha e os três netos preferiram voltar à Ilha, onde têm alimentação abundante, ameaçando até mesmo construir uma canoa para descer o Rio Maranhão até o Javaé, caso não fossem transferidos à sua aldeia.

Outra preocupação do Instituto Goiano de Antropologia é com os índios arredios. Na opinião da antropóloga Dulce Rios eles devem ser contactados com urgência, pois são costumeiramente recebidos a bala por fazendeiros da região, de quem pilham objetos, produtos da roça e animais domésticos, reforçando a possibilidade de extinção da tribo. O IGPHA não concorda, entretanto, com a hipótese ventilada pela 6ª Superintendência Executiva Regional de Funai de extinguir o posto indígena dos Avá, deixando apenas uma aldeia, e abrindo novo posto no interior da reserva para atração dos índios isolados. O temor é que a providência apresse o desaparecimento dos Avá-Canoeiro, já que não haveria mais a figura do chefe de posto para reivindicar assistência ao grupo.